

1ª CORRIDA contra a
ESCRavidÃO

00:00:01

ÁGUA DE LARANJA NATURAL
Prat's

535

295

076

108

373

sinait

#36

Expediente

Publicação do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT
Especial 36º Encontro Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - Enafit
Dezembro de 2018 / Janeiro de 2019

Diretoria Executiva Nacional

Presidente: Carlos Fernando da Silva Filho (PE)
Vice-Presidente: Rosa Maria Campos Jorge (GO)
Diretora de Planejamento e Finanças: Virna Soraya Damasceno (RN)
Diretora Adjunta: Francimary Oliveira Michiles (AM)
Diretor de Administração e Patrimônio: Antônio Carlos Costa (SC)
Diretora Adjunta: Vera Lúcia Amorim Jatobá (PE)
Diretora de Política de Classe: Rosângela Silva Rassy (PA)
Diretor Adjunto: Vander Rossi Nunes Pinto (MG)
Diretor de Prerrogativas: Pedro Paulo Martins (RJ)
Diretor Adjunto: Giuliano Gullo (MS)
Diretor de Inspeção do Trabalho: Bob Everson Carvalho Machado (RS)
Diretor Adjunto: Sebastião Estevam dos Santos (SP)
Diretor de Saúde e Segurança do Trabalhador: Joatan Batista Gonçalves dos Reis (BA)
Diretor Adjunto: Gedir Scardino Lima (ES)
Diretor de Aposentados e Pensionistas: Antônio Fabiano Gonçalves (MG)
Diretor Adjunto: Orlando da Silva Vila Nova (PA)
Diretora de Comunicação: Ana Palmira Arruda Camargo (SP)
Diretor Adjunto: Marinilda Verçosa Amorim (AL)
Diretora de Assuntos Jurídicos: Dalva Coatti (PR)
Diretora Adjunta: Alberlita Maria da Silva (PE)
Diretora de Assuntos Parlamentares: Magda Targino Maranhão Leite (PB)

Diretora Adjunta: Marli Marlete Chaplin Andrade (SE)
Diretor de Assuntos Culturais: Sebastião de Abreu Neto (CE)
Diretor Adjunto: Benvindo Coutinho Soares (MA)
Diretor de Relações Intersindicais: Marco Aurélio Gonsalves (DF)
Diretor Adjunto: Hugo Carvalho Moreira (CE)
Diretor de Relações Internacionais: Francisco Luís Lima (PI)
Diretor Adjunto: José Antônio Pastoriza Fontoura (RS)

Assessoria de comunicação do Sinait

Edição: Cláudia Machado
Redação: Cláudia Machado/Dâmares Vaz/Solange Nunes
Revisão: Cláudia Machado e Nilza Murari
Fotografias: Cristiano Eduardo/Luiz Horácio
Editoração eletrônica: Agência 8TotalBranding

Telefones e WhatsApp da assessoria:

Nilza Murari (31) 99970-5504
(61) 99115-8960 / 99148-5222 / 99308-7005
E-mail da assessoria: comunicação@sinait.org.br

Site - www.sinait.org.br

Facebook - <https://www.facebook.com/sinaitaft>

Instagram - <https://www.instagram.com/sinaitbr/>

Twitter - <https://twitter.com/sinaitbr>

Youtube - <https://www.youtube.com/channel/UCjIOP2Trxy2Zea0Q4PJTqag/videos>

E-mail geral: sinait@sinait.org.br

E-mail geral: sinait@sinait.org.br

**Sinait - SCN Quadra 01, Bloco C, nº 85 – Edifício Brasília Trade Center - SLJ 10 Salas 401/8
Brasília/DF - CEP: 70711-902
Telefone: 61 3328-0875**

pag. 4	_____	Apresentação
pag. 5	_____	Carta de Cuiabá
pag. 8	_____	Abertura
pag. 12	_____	Conferência de abertura
pag. 15	_____	Paineis
pag. 26	_____	Cursos
pag. 29	_____	Sinait presente
pag. 32	_____	10ª Jornada Ibero-americana de Inspeção do Trabalho
pag. 35	_____	Corrida contra a escravidão
pag. 39	_____	Encerramento
pag. 45	_____	37º Enafit
pag. 47	_____	Atividades culturais



APRESENTAÇÃO



Foram dias de intensos debates, de união da categoria em torno das discussões acerca de seu futuro, de conhecer a cultura de Mato Grosso, e como não poderia deixar de ser, dias de encontrar. Este é o espírito do Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (Enafit), que chegou à sua 36ª edição.

Com o tema 'Autoridade Trabalhista a serviço da sociedade' o evento teve programação técnica que deu ao enafitano a oportunidade de discutir assuntos presentes na rotina da Auditoria-Fiscal, como trabalho escravo e infantil; os males causados ao trabalhador pelo uso de agrotóxicos, a reforma trabalhista e o papel social da Inspeção do Trabalho.

Cursos sobre o e-Social e a prevalência do negociado sobre o legislado, estabelecido pela reforma trabalhista, tiveram o objetivo de atualizar os Auditores-Fiscais, assim como o inédito curso de Media Training, que pretendeu facilitar a interação entre Auditores-Fiscais e imprensa, uma vez que é crescente a demanda dos veículos de comunicação por notícias relacionadas à fiscalização.

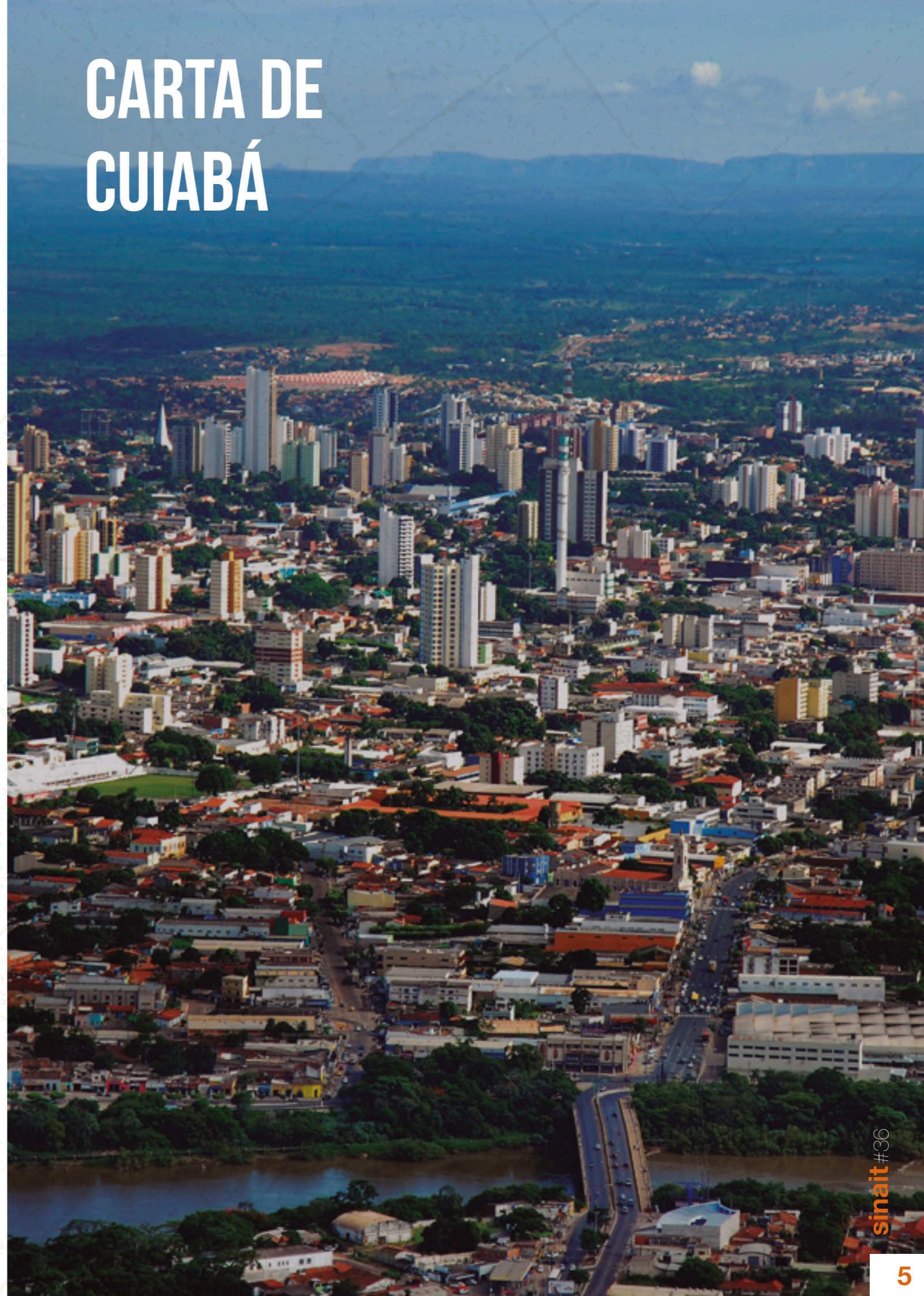
O 36º Enafit marcou ainda o que pode ser considerada uma frustração da categoria em relação à Justiça brasileira: a anulação do julgamento de Antério Mânica, um dos mandantes da Chacina de Unai, que em 2015 havia sido condenado a 100 anos de prisão, além da redução das penas de outros envolvidos no crime.

Ainda que de maneira muito reservada, em função dos cuidados políticos e estratégicos que o caso requer, a categoria discutiu a possibilidade de extinção do Ministério do Trabalho, que está proposta e manifestou toda a sua preocupação com o futuro da carreira, que é essencial para o progresso da cidadania, como bem disse o professor Leandro Kamal, na conferência de abertura do evento.

Ao final do Enafit ficou a certeza de que é preciso unir forças, valorizar a carreira e seguir defendendo a Auditoria-Fiscal e o trabalhador, como o SINAIT tem feito ao longo dos seus 30 anos de existência.

Boa leitura!

CARTA DE CUIABÁ



EM DEFESA DA UNIDADE DA INSPEÇÃO E LUTA

Os Auditores-Fiscais do Trabalho aprovaram a Carta de Cuiabá, documento síntese do 36º Encontro Nacional – Enafit, realizado na capital mato-grossense, de 18 a 23 de novembro.

Na carta, os Auditores-Fiscais do Trabalho expressam indignação com o resultado do julgamento dos recursos dos mandantes e intermediários da Chacina de Unaí, ocorrido no dia 19 de novembro. A sentença, proferida pela 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – TRF1, resultou na anulação do

julgamento de um dos condenados, Antério Mânica, e na diminuição das penas dos demais. A categoria também reitera, no documento, a posição pela unidade e manutenção das atribuições da Auditoria-Fiscal do Trabalho, diante das ameaças de desestruturação e até de extinção do Ministério do Trabalho (MTb), o que aparentemente, está prestes a se concretizar, com a proposta de dissolução do MTb e divisão das suas atividades em três ministérios distintos.



Marilete Mulinari apresentou a Carta de Cuiabá para discussão e votação do plenário.

CARTA DE CUIABÁ

Os Auditores-Fiscais do Trabalho, reunidos em Cuiabá (MT), durante o seu 36º Encontro Nacional, de 18 a 23 de novembro de 2018, dirigem-se à sociedade brasileira para destacar duas graves questões que afetam a todos.

Manifestam profunda indignação diante da decisão da 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, prolatada em 19 de novembro último, no julgamento dos recursos dos mandantes da Chacina de Unaí. Após quase quinze anos de uma luta incansável por justiça – e contra todas as evidências fáticas e as expectativas das famílias das vítimas, da categoria e da sociedade – os desembargadores decidiram pela redução das penas de três dos condenados e pela anulação do julgamento do fazendeiro Antério Mânica. Diante dessa inaceitável decisão, continuarão a batalha para que finalmente seja feita justiça e todos os envolvidos restem condenados e presos, respeitando-se a soberania do Tribunal do Júri.

Além da perplexidade e do pesar por essa injustiça, avallam com extrema preocupação as recentes propostas de extinção ou de rebaixamento institucional do Ministério do Trabalho, gerando um contexto de incertezas para a Auditoria-Fiscal do Trabalho e toda a sociedade.

A relevância da Auditoria-Fiscal do Trabalho para a sociedade brasileira está expressa na Constituição Federal, cabendo à União organizar, manter e executar a Inspeção do Trabalho (art. 21, XXIV, da Constituição Federal de 1988), e em normas internacionais, especialmente a Convenção 81 da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

O mundo do trabalho passa por grandes transformações, sendo fundamental fortalecer a Auditoria-Fiscal do Trabalho, integrada por servidores públicos qualificados, investidos na condição de autoridades trabalhistas a serviço da sociedade, que atuam diretamente para assegurar a saúde e a segurança nos ambientes laborais e promover a formalização dos vínculos empregatícios e inserção de jovens e de pessoas com deficiência no mercado de trabalho – fatores essenciais para a elevação da produtividade da força de trabalho e do consumo interno, bem como para a ampliação da base contributiva da Previdência Social e do FGTS. Ademais, a observância do trabalho decente nas cadeias produtivas voltadas para o mercado externo constitui aspecto essencial para a participação crescente do Brasil no comércio internacional. A ação dos Auditores-Fiscais do Trabalho no combate às fraudes inibe a concorrência desleal e favorece o reequilíbrio fiscal do Estado, seja pelo incremento da arrecadação sem elevação dos tributos, seja pela contribuição para a redução de gastos previdenciários e de saúde decorrentes das doenças e acidentes de trabalho.

Considerando esse cenário, os Auditores-Fiscais do Trabalho chamam a atenção da sociedade, dos poderes constituídos e, especialmente, do vindouro governo, para a importância de manter-se a unidade da Auditoria-Fiscal do Trabalho, assegurando sua contribuição decisiva para a organização do mercado de trabalho, condição necessária para o desenvolvimento social e crescimento econômico sustentável.

Cuiabá, 23 de novembro de 2018

VALORIZAÇÃO E FORÇA DE UMA CATEGORIA



ABERTURA



É luta, é conquista, é coragem. Assim é o SINAIT e o Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – Enafit reflete tudo isso. O evento é um espaço de discussão de temas de interesse da categoria e da classe trabalhadora e tem papel fundamental na construção do diálogo com a sociedade. Na noite de abertura da 36ª edição do Enafit, que aconteceu em Cuiabá de 18 a 23 de novembro, representantes de diversas entidades reforçaram a importância da Auditoria-Fiscal para o crescimento justo do Brasil.

Presidente do 36º Enafit, o Auditor-Fiscal do Trabalho Valdiney de Arruda, que é delegado sindical do Mato Grosso, acolheu os enafitianos e falou de suas expectativas para o evento. “Os próximos dias serão de imersão em

nossas práticas e realidade, no esforço de nos entendermos e traçarmos nossos caminhos por nós mesmos. Sempre fizemos isso com muita consciência e propriedade. No particular momento em que o país se encontra, a tarefa agrega desafios que enfrentaremos juntos e unidos.”

Valdiney falou ainda dos avanços conquistados pela categoria, sempre capitaneados pelo SINAIT. “Somos reconhecidos por combate ao trabalho escravo e trabalho infantil, por inclusão de pessoas com deficiência e inserção de jovens aprendizes, por mediação de relações entre empregados e patrões. Fazemos enorme diferença na arrecadação para o Estado, na redução da informalidade e na melhoria dos ambientes de trabalho. É muito, é relevante, é imprescindível.” Atencioso, dividiu sua fala com Marilete Mulinari e Wlaudecyr Goulart, Auditores-Fiscais do Trabalho que em 2017 apresentaram a candidatura de Cuiabá para sediar o evento e se empenharam na sua realização.

Paulo Boal, juiz do Trabalho que representou a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) na solenidade, fez um discurso contundente acerca da importância da Fiscalização do





CATEGORIA VENCEDORA

A vice-presidente do SINAIT, Rosa Jorge, que presidiu o sindicato por três mandatos, falou em nome dos ex-presidentes. Sua fala foi otimista em relação aos desafios enfrentados e àqueles que estão por vir. “Já enfrentamos muitas dificuldades e vencemos. Esta é uma categoria de vencedores. A luta está grande, vai demorar um pouquinho para superarmos, mas com certeza vamos vencer tudo o que vier.”



Trabalho. “A Anamatra fez questão de estar aqui, porque reconhece o papel da Auditoria-Fiscal do Trabalho. Lamento que ao longo do tempo os governos não tenham dado esse devido reconhecimento.” Boal observou que iniciou a carreira como advogado trabalhista há mais de 20 anos e neste período, não houve avanços nas relações do trabalho. Em sua opinião, enquanto a Justiça do Trabalho estiver repetindo as mesmas perguntas aos trabalhadores, não haverá mudanças positivas. Soma-se a isso, a nova legislação trabalhista, que retirou direitos constituídos e dificulta ainda mais a defesa do trabalhador.

O Auditor-Fiscal do Trabalho Francisco Franco, falou em nome da extinta Federação das Associações dos Agentes da Inspeção do Trabalho do Brasil (Fasibra). A Federação foi a primeira forma de organização da categoria e se dissolveu para dar origem ao SINAIT. Franco falou de sua alegria em acompanhar o crescimento e desenvolvimento da Auditoria-Fiscal, conquistado a partir da luta de colegas que sempre atuaram em defesa da categoria e dos trabalhadores. “Temos colegas que estão há mais de 20 anos na luta sindical e se comportam como se fosse a primeira vez. Isso nos rejuvenesce. Participo de todos os encontros nacionais e percebo com muita clareza o salto que demos em relação ao que éramos lá no início.”



Uma mensagem de esperança foi trazida por Sérgio Voltolini, presidente da Confederação Iberoamericana de Inspectores do Trabalho (CIIT). “Vocês são exemplo de luta para muitos. Um pessoal corajoso, inovador, que tem passado, presente e muito futuro. Em 2015, elegeram um presidente de 34 anos, que não foge dos desafios. Estivemos em Genebra, em conferência da OIT, levamos nossas preocupações. A luta vai continuar, as dificuldades serão vencidas, tenho certeza disso.”

Cláudio Secchin, então Secretário de Inspeção do Trabalho, também fez questão de reconhecer a importância da Auditoria-Fiscal do Trabalho e a necessidade de sua constante valorização. Egresso do concurso de 1994, disse que na ocasião estudava para outras carreiras e mudou de ideia quando leu o edital e percebeu o quanto a carreira era bonita. “A fiscalização é fascinante. Trabalhamos em equipe. Precisamos da nossa valorização e ela começa por nós mesmos. Seja aonde for e para onde formos, seremos sempre Auditores-Fiscais do Trabalho.” Secchin lembrou ainda a recente conquista da categoria, reconhecida legalmente como autoridade trabalhista.

O presidente do SINAIT, Carlos Silva, encerrou as falas dizendo que no Encontro, mais uma vez, a categoria iria refletir sobre caminhos, escolhas, perspectivas e oportunidades. Carlos Silva lembrou que o ano de 2018 marcou os 30 anos do SINAIT, que nasceu junto com a Constituição. “A entidade e a Carta Magna têm a mesma gênese progressista, de luta e de coragem. Essa inspiração faz com que o Sindicato Nacional ultrapassasse a fronteira do corporativismo para participar de todos os debates que importam ao mundo do trabalho, deixando sua marca inconfundível.” Carlos Silva fez uma reflexão sobre a importância da categoria, que vai além de mediar relações entre empregadores e empregados, porque os Auditores-Fiscais do Trabalho protegem a vida, de várias formas, e garantem arrecadação para o Estado, de forma cada vez mais eficiente e indispensável.



Durante a solenidade de abertura foi executado publicamente, pela primeira vez, o Hino dos Auditores-Fiscais do Trabalho, que tem letra de Eveline Machado, Pedro Paulo Martins e de Maurício Durão. O cantor mato-grossense Edmilson Maciel foi acompanhado pela viola de cocho do instrumentista Eduardo Santos.





CONFERÊNCIA DE ABERTURA

AUDITORIA-FISCAL DO TRABALHO É DECISIVA PARA O PROGRESSO DA CIDADANIA

Esta é a opinião de Leandro Karnal, professor e historiador que falou aos enafitanos sobre os desafios da categoria no enfrentamento das dificuldades para garantir direitos. Para o professor, em um país de dimensões continentais imensas como o Brasil, defender os trabalhadores é tarefa difícil e nem sempre reconhecida. Leandro Karnal fez a conferência de abertura do 36º Enafit, com palestra sobre a importância do trabalho para o indivíduo e para a sociedade. Em sua opinião, o Brasil comete o equívoco de acreditar que a única chance de sucesso é a exploração e para mudar tal cultura, os Auditores-Fiscais do Trabalho são essenciais.

De acordo com o palestrante, para ser um Auditor-Fiscal, alguém com a capacidade de verificar condições minimamente decentes de trabalho, é necessário, primeiro, ter consciência do seu próprio trabalho e ainda se despir e se desfazer de uma carga que pretende desmistificar, ou seja, a categoria

deve estar livre de preconceitos e entender o princípio básico do Estado Democrático de Direito: existem funções, salários e atribuições distintas, mas não existe dignidade distinta, porque somos todos muito diferentes, mas iguais perante a lei. "A função da Auditoria-Fiscal do Trabalho, ao zelar pela dignidade do exercício jurídico exato e aperfeiçoado do trabalho e do resgate de pessoas que não têm capacidade de organização e não conhecem seus direitos, é uma das mais bonitas, úteis e decisivas para o progresso da cidadania."

A exploração de estrangeiros, especialmente nas confecções em São Paulo, foi citada como exemplo claro de que não houve avanços nas relações de trabalho. São imigrantes gerenciados por empresários inescrupulosos, que vivem presos em unidades de trabalho. "Acredito que quando o fiscal entra ali, encontra condições que fariam corar um capataz do século XVIII."



Kamal afirmou ainda que é preciso ir a campo com essa convicção, porque haverá pessoas com convicção contrária e se não existir essa consciência, perderão a questão, uma vez que as forças enfrentadas diariamente não dirão isso. "Por mais dolorido que seja, nem sempre as pessoas que vocês defendem e protegem são gratas por isso. É fácil fazer fiscalização do trabalho em Genebra ou em Viena, mas no Brasil a tradição escravista, racista e misógina transforma a fiscalização em um desafio enorme."

O professor elogiou a realização do Enafit, que promove o debate e propicia a discussão de assuntos que fazem parte da rotina da fiscalização e lembrou que o preço da liberdade é alto. "Desejo que vocês tomem consciência da função extraordinária que exercem para garantir o mínimo de dignidade a este país, que é tão grandioso como a sua natureza e sua população, mas que ainda não aceitou a Lei Áurea integralmente."



OPINIÃO DO ENAFITIANO

A Auditora-Fiscal do Trabalho Julie Santos Teixeira gostou da iniciativa de trazer Leandro Kamal para o Enafit e avalia que a palestra permitiu reflexões essenciais para a categoria. "Achei a palestra sensacional, porque ele conseguiu esclarecer a importância da Auditoria-Fiscal do Trabalho no resgate do trabalhador. Entendo que temos que fazer análise, nos colocarmos no

lugar, refletirmos se estamos nos despidendo de preconceito. Entender nosso papel independente do reconhecimento ou não do trabalhador. Às vezes somos malvistas por defender o trabalhador, que pode não entender nosso papel ao fazer isso, mas não temos que esperar gratidão, temos que fazer nosso trabalho em defesa da sua dignidade."

PAINÉIS

AUTORIDADE TRABALHISTA E PAPEL SOCIAL DA INSPEÇÃO DO TRABALHO

O debate sobre o papel social da Inspeção do Trabalho e a Autoridade Trabalhista do Auditor abriu a programação técnica do 36º Enafit. O Encontro promoveu intenso debate sobre temas pertinentes ao mundo do trabalho, à Inspeção do Trabalho e à sociedade.

Sob coordenação do delegado sindical do Piauí, Alex Myller, o primeiro painel teve como participantes o presidente do SINAIT, Carlos Silva, o advogado Mauro Menezes, autor do livro “Terceirização do STF – Elementos do debate constitucional”, e o Auditor-Fiscal do Trabalho Marcus Medina.

O presidente do Sindicato registrou que o reconhecimento do Auditor-Fiscal do Trabalho como Autoridade Trabalhista veio como resultado da negociação não salarial iniciada em 2015 e significa fortalecimento da categoria. “A Lei 13.464/2017 explicitou que o Auditor é Autoridade Trabalhista, um reconhecimento que não existia. Essa inscrição em lei traz possibilidades enormes à Inspeção do Trabalho e adquire maior relevância diante

das ameaças ao Ministério do Trabalho e às instituições do mundo do trabalho.”

Para Carlos Silva, a Autoridade Trabalhista garante maior efetividade e amplia a atuação do Auditor-Fiscal do Trabalho. “Garante resistência para enfrentar a dita reforma trabalhista e reforça o papel da Inspeção do Trabalho como garantidora de justiça social.” Com maior efetividade, os Auditores-Fiscais podem se constituir em agentes de mudanças progressistas, aponta o dirigente sindical. “A Inspeção existe para proteger o lado mais fraco da relação capital-trabalho, que é o trabalhador. Existe para impedir exploração.”

O presidente do SINAIT afirmou ainda que o reconhecimento da Autoridade Trabalhista é um dos grandes marcos da categoria e da atuação do Sindicato, comparável à obtenção da competência para fiscalizar a arrecadação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). “O debate deste tema no Enafit tem relevância extrema, mostra à sociedade por que existimos.”



CONSTITUIÇÃO

Para o advogado Mauro Menezes, a Autoridade Trabalhista e a atuação autônoma do Auditor-Fiscal encontram base nos princípios constitucionais. A Inspeção do Trabalho, entende, tem papel fundamental na efetivação de fundamentos e direitos constitucionais, na promoção de justiça social, na valorização social

do trabalho, na redução das desigualdades. “A Inspeção do Trabalho e instituições do mundo do trabalho têm a existência justificada por essa necessidade de realização dos princípios inscritos na Carta Magna”, afirmou. Para ele, é preciso um olhar sobre a vida dessas instituições, com a manutenção do orçamento e das prerrogativas de cada uma.

O jurista também apontou que o cenário

de ultraliberalismo e desregulação das relações trabalhistas que vem se desenhando no Brasil representa risco à dignidade da pessoa humana e ao valor social do trabalho. “O trabalho não é mercadoria e a atuação dos Auditores-Fiscais é essencial para barrar o processo de sua mercantilização. A recente reforma trabalhista é um exemplo dessa corrosão do sistema de proteção social. Mas a Fiscalização do Trabalho tem liberdade de agir para evitar retrocessos, com base no texto constitucional, nos acordos e convenções internacionais ratificados pelo Brasil e, ainda, em uma ampla jurisprudência que reconhece que Auditores-Fiscais podem interpretar a lei diante dos fatos.”

Ele também defendeu que a integridade da Inspeção deve ser mantida, observando o que estabelece a Convenção 81 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).



DESMANTELAMENTO COMPROVADO

Marcus Medina apresentou o resultado da pesquisa que desenvolveu em seu mestrado sobre o desmantelamento da Inspeção do Trabalho, analisando os impactos da crise econômica na área. O estudo abrangeu o período de 2003 a 2017, demonstrando que desde 2008 tem ocorrido a diminuição sistemática de recursos orçamentários da Inspeção do Trabalho. A situação piorou ainda mais a partir de 2014, ano em que o País experimentou uma piora no cenário econômico.

O Auditor-Fiscal ainda comparou dados relativos à edição de atos de incremento do trabalho da fiscalização, a investimentos nas condições de trabalho, à realização de concursos. Também neste sentido o quadro começa a ter uma piora significativa a partir de 2014, com a administração pública atuando com clara intenção de desmantelamento da Inspeção. Para Medina, os dados demonstram que as tensões entre a Fiscalização do Trabalho e o empresariado têm se agravado.



ENFRENTAMENTO AO TRABALHO ESCRAVO

Especialistas compuseram um retrato da escravidão moderna no Brasil no painel “Mãe Bonifácia – Avanços e obstáculos na erradicação do trabalho escravo”. Origem histórica, causas, dificuldades, ações, além do desafiador contexto atual, foram algumas das questões abordadas pelos painelistas, que representaram diversos segmentos comprometidos com o enfrentamento ao crime. O painel foi coordenado pela diretora do SINAIT, Vera Jatobá e pelo superintendente Regional do Trabalho de Mato Grosso, o Auditor-Fiscal do Trabalho Amarildo Oliveira.

Em relação ao cenário atual, o superintendente expressou preocupação com a iminência de extinção do Ministério do Trabalho (MTb), que entende ser um órgão com atuação prioritária sobre questões sociais. “Espero que esse cenário não se realize. O MTb é, sim, muito importante, assim como a Inspeção do Trabalho.”

O entendimento foi compartilhado pelo diretor da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Paulo Boal, para quem o trabalho escravo é resultado direto da ausência do Estado. Para ele, a anunciada extinção da pasta tem o impacto de agravar a ocorrência de trabalho escravo, pois sinaliza que o governo eleito não terá preocupação com o tema.

“Há muito tempo o governo vem agindo deliberadamente para matar não só o MTb

por inanição, mas todas as instituições do mundo do trabalho. Fica claro com os cortes orçamentários, com a falta de reposição dos quadros de servidores. As ações expressam a desconsideração com o trabalhador, com a liberdade e dignidade das pessoas. A nós, juízes do Trabalho, Auditores-Fiscais do Trabalho, cabe resistir o quanto pudermos.”

Sobre o panorama de enfrentamento falou o chefe da Divisão de Erradicação do Trabalho Escravo da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho – Detrae/SIT/MTb, o Auditor-Fiscal Maurício Krepsky, apontando um aumento nos casos de trabalho degradante.

Krepsky detalhou as ações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) e os critérios adotados nas fiscalizações, a fim de rebater acusações de arbitrariedade feitas por autoridades. “A ação fiscal é cautelosa. Das situações encontradas, cerca de 20 a 30% são caracterizadas como trabalho escravo, o que demonstra que há bastante cuidado por parte da fiscalização.”

A SIT também tem investido em transparência, com o lançamento de plataformas que permitem o acompanhamento dos resultados da fiscalização; exemplo é o site Radar, que expõe dados das ações fiscais. Além disso, está em desenvolvimento um sistema que irá permitir à fiscalização o gerenciamento de denúncias.

COMBATE

Para Maurício Krepsky, o combate ao trabalho escravo passa ainda pela diminuição da desigualdade social, tema que precisa do engajamento da população. “É fundamental convencer a sociedade a ter envolvimento na causa da diminuição da desigualdade social e, conseqüentemente, no enfrentamento do trabalho degradante.”



Representando a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e as coordenadorias nacional e estadual de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho, a procuradora Lys Sobral Cardoso também entende que tratar a vulnerabilidade social dos trabalhadores é fundamental para romper ciclos de exploração.

Para ela, há uma forte relação entre escravidão moderna e acesso à terra. “Pelo menos em Mato Grosso, o perfil majoritário dos trabalhadores encontrados em situação degradante é formado por pessoas oriundas do meio rural e com vocação para atividades agrícolas. Promover reforma agrária seria, então, uma das principais formas de prevenção à escravidão moderna.”



EXPERIÊNCIA

O jornalista Klester Cavalcanti falou da sua experiência na cobertura de casos de trabalho escravo e escrevendo o livro “A Dama da Liberdade”, uma biografia da Auditora-Fiscal do Trabalho Marinalva Dantas. Desde 1998, ele conta histórias de escravidão moderna. “Já vi coisas aterradoras, pessoas acorrentadas. No filme americano ‘12 Anos de Escravidão’, como diz o título, há um ser humano que foi escravizado por 12 anos, numa época em que a escravidão era permitida. No Brasil contemporâneo, certa vez deparei com um trabalhador que há 19 anos vivia assim”, relatou.



PROTAGONISMO

O presidente da Delegacia Sindical do Mato Grosso (DS/MT), Valdiney Arruda, contou como, a partir da visão de protagonismo da Auditoria-Fiscal do Trabalho, foram desenvolvidas ações que vão além do resgate de trabalhadores escravizados, como a criação do Seguro-Desemprego especial e da Lista Suja, esta última com sua participação direta. “Sempre militei na causa de que a Auditoria-Fiscal do Trabalho pode e deve ser protagonista desses avanços. Nesse sentido, a qualificação dos egressos da escravidão para o mercado de trabalho entrou no rol das ações dos Auditores.”

Em 2009, teve início o Projeto Ação Integrada (PAI), no Mato Grosso, idealizado por Valdiney, então superintendente Regional do Trabalho. O PAI tinha como objetivo diminuir a vulnerabilidade desses egressos, com educação e qualificação. O delegado sindical relatou as diversas ações do programa e também os percalços que o afetaram.

“Mais tarde, para provocar uma mudança



mais efetiva no contexto de vulnerabilidade desse trabalhador, foi proposto um movimento. Assim, em 2012, o SINAIT lançou o Movimento Ação Integrada (MAI), hoje presente em oito

estados, reunindo instituições importantes do mundo do trabalho. Tudo isso nasceu dessa visão de protagonismo da categoria”.

TECNOLOGIA PARA AUXILIAR AÇÕES FISCAIS PÓS REFORMA TRABALHISTA



O Grupo de Trabalho da Reforma Trabalhista do SINAIT (GTRT) apresentou aos enafitianos uma prévia da plataforma digital que está sendo desenvolvida para auxiliar os Auditores-Fiscais do Trabalho na resolução de situações concretas do cotidiano da Fiscalização do Trabalho, tendo em vista as recentes alterações na legislação trabalhista.

Audidores-Fiscais do Trabalho integrantes do GTRT, incluindo os coordenadores, compuseram um painel sob o tema “A Reforma Trabalhista um ano depois – Análise da reforma sob o foco da Auditoria-Fiscal do Trabalho”, ocasião em que a plataforma foi detalhada. A mesa teve coordenação dos diretores Vera Jatobá e Antônio Fabiano.

O foco da ferramenta são as modificações trazidas pelas Leis 13.467/2017 – reforma trabalhista e 13.429/2017 – terceirização da atividade-fim à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e à Lei 6.019/74 sobre terceirização, à luz da Constituição Federal e das normas internacionais trabalhistas.

Coordenadores do GTRT, Alex Myller e Renato Bignami deram início às explicações sobre o sistema e o conteúdo, os apontamentos para argumentação. O material foi elaborado a partir do resultado dos debates ocorridos na 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra),



com participação do SINAIT, procuradores e advogados do Trabalho. O subsídio também veio das participações em seminários, congressos e audiências públicas sobre a reforma, e ainda no 3º Congresso Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (Conait).

Do 3º Conait, realizado em maio de 2018, derivaram teses aprovadas pela plenária. Uma delas afirma o Auditor-Fiscal do Trabalho como analista na interpretação das Leis 13.467 e 13.429. Outra estabelece a proposta de interpretação das referidas normas à luz dos enunciados da 2ª Jornada.

Myller detalhou esse histórico e ressaltou o valor da iniciativa do Sindicato. “Agradeço à Diretoria do SINAIT a chance para que esse grupo trabalhasse por toda a categoria.” Bignami frisou que os apontamentos visam mostrar caminhos para que os Auditores-Fiscais continuem a exercer o papel de proteção do trabalhador. “Pretendemos que a plataforma seja uma espécie de Vade Mecum da Fiscalização do Trabalho.”

Os temas contemplados pela ferramenta são variados porque as ditas reformas trabalhistas alteraram diversos aspectos da CLT. O conteúdo abrange, por exemplo, assuntos relativos a grupo econômico e cadeias de fornecimento, jornada de trabalho, remuneração, prevalência do negociado sobre o legislado, Saúde e Segurança no Trabalho (SST) e terceirização.

De acordo com o painalista Lucas Reis, a ferramenta é o resultado de uma reflexão de como o Auditor-Fiscal do Trabalho deve atuar. “A aplicação da lei trabalhista não pode ser feita indiscriminadamente, desconsiderando-se a indisponibilidade dos direitos dos empregados.”

Para Ana Luíza Horcades, cuja fala foi centrada em Segurança e Saúde no Trabalho, o conteúdo ajudará a fiscalização a expandir a atuação, com aplicação do ordenamento jurídico internacional, deixado de lado em vários pontos da nova legislação. “A permissão ao trabalho de gestantes e lactantes em ambientes insalubres, por exemplo, é inconstitucional e não convencional.”



A diretora do SINAIT Francimary Michiles detalhou como a plataforma pode auxiliar na verificação de fraudes nas formas de contratação, principalmente nos contratos terceirizados. “O Auditor-Fiscal do Trabalho deve atuar como intérprete da lei, claro que sempre nos limites da legalidade, para averiguar infrações”, defendeu.

De acordo com o presidente do SINAIT, Carlos Silva, que fechou o painel, a ferramenta apresentada, com as sugestões de procedimentos, foi revisada pelo jurista Mauro Menezes, cujo parecer baliza o conteúdo. “O material pode ser aplicado em sua forma original ou com alterações, a depender do caso concreto em análise. A nossa intenção é fazer a revisão contínua a partir dessa aplicação.” O dirigente ainda agradeceu ao GTRT o empenho na condução dos estudos.

SOBRE O GTRT

O Grupo de Trabalho da Reforma Trabalhista foi criado pela Portaria SINAIT nº 1/2017, de 24 de agosto de 2017, para subsidiar a Diretoria Executiva Nacional (DEN) nas atividades da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (CDHET) e promover iniciativas relacionadas à reforma trabalhista.

Dos estudos do GTRT resultaram ainda a Sugestão Legislativa/SUG nº 12/2018 de um Estatuto do Trabalho e o esboço de GT sobre defesa das prerrogativas da Auditoria-Fiscal do Trabalho.



OPINIÃO DO ENAFITIANO

A Auditora-Fiscal do Trabalho Roseniura Santos, de Sergipe, acompanhou os painéis do Enafit desde o primeiro dia. Para ela, a programação esteve adequada ao momento de incerteza que cerca o Direito e as instituições do mundo do trabalho. “Os resultados produzidos pelo GTRT e apresentados nesse painel mostram um esforço concreto do Sindicato para analisar as alterações no Direito do Trabalho sob a perspectiva da Auditoria-Fiscal do Trabalho, que está na linha de frente lidando com essas questões. Parabéns ao SINAIT.”



SAÚDE DO TRABALHADOR RURAL É AFETADA PELO CONTATO COM AGROTÓXICOS

Painel discutiu o uso indiscriminado, as legislações permissivas e os acidentes de trabalho no Brasil e no mundo

A falta de equipamentos de segurança adequados na aplicação de agrotóxicos, somada ao desconhecimento sobre os produtos, trazem sérios riscos à saúde do trabalhador rural. A prática é um grave problema de saúde pública no Brasil, causando doenças que vão desde crises respiratórias a casos mais sérios como cânceres e doenças neurológicas. O tema foi discutido no 36º Enafit, quando palestrantes apresentaram números que apontam que a realidade está longe de ser transformada.

Pesquisador da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), o médico Wanderley Pignati, alertou que os impactos são enormes em várias esferas. “O primeiro impacto é nos trabalhadores, depois na população e em seguida, no meio ambiente. Todas as nascentes do rio Xingu são afetadas e isso é de uma gravidade enorme”, disse. No Brasil, 33% do Produto Interno Bruto (PIB) vem da cadeia produtiva do agronegócio, que usa agrotóxico em larga escala. De acordo com o pesquisador, em municípios do interior do Brasil o índice chega a 70%. Para agravar ainda mais a situação, o financiamento para pesquisas é cada vez mais difícil.

Pignati apresentou ainda dados que apontam que o Brasil é muito permissivo em relação ao uso de agrotóxicos, quando comparado, por exemplo, com a União Europeia (EU). Enquanto no Brasil há 504 princípios ativos de agrotóxicos com uso permitido, na UE 70% deles são proibidos há mais de dez anos. O uso de glifosato, principal herbicida usado nas lavouras de soja transgênica, é de 10 mg/kg no país e na UE o valor é 0,05 mg/kg, ou seja, 200 vezes menor.



A Auditora-Fiscal do Trabalho Michele Gonçalves Mendes falou sobre a Norma Regulamentadora – NR 31, que estabelece os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura com a segurança e saúde e meio ambiente do trabalho. Ela falou da experiência da fiscalização do estado de Mato Grosso a partir dos dispositivos da NR, e apresentou resultados de ação em 32 fazendas, com um total de 450 empregados. Deste total, 50 trabalhavam em contato direto com agrotóxicos e 1/3 das fazendas não possuía nenhum programa de gestão. 75 dos 450 empregados não tinha nenhum exame de saúde.

Outro assunto que preocupa é a falta de lavanderias adequadas para a assepsia das roupas dos trabalhadores. Na maioria dos locais eles mesmos lavam suas roupas, quando o correto seria um espaço específico para isso, o que evitaria a contaminação.



Michele Mendes falou ainda sobre as diversas outras áreas a serem fiscalizadas no estado, como o trabalho análogo à escravidão e o trabalho infantil. “O estado é predominantemente agropecuário, mas tem demanda em outros setores. Como compatibilizar um trabalho de qualidade contra a quantidade que é imposta? Além disso, em relação aos agrotóxicos, é preciso capacitar o Auditor-Fiscal para que ele entenda cada vez mais os impactos de cada um, uma vez que o importante não é apenas notificar, mas conseguir orientar para chegarmos a algo próximo do controle do uso”, alertou.

O Auditor-Fiscal do Trabalho, Francisco Luis Lima, falou sobre os efeitos dos agrotóxicos no organismo humano e também sobre acidentes de trabalho. “O Brasil é o maior consumidor de agrotóxico do mundo e a exposição chega a sete litros por pessoa, sendo que a aplicação por via aérea é a principal causa, uma vez que é a mais abrangente”. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) considera a agricultura como um dos três setores mais perigosos do mundo em matéria de segurança e saúde no trabalho, junto com os setores da construção civil e mineração. Já a Organização Mundial de Saúde (OMS), estima que as intoxicações agudas por agrotóxicos são da ordem de 3 milhões anuais, sendo 2,1 milhões de casos só nos países em desenvolvimento, ocorrendo cerca de 20 mil mortes, com 14 mil nas nações de terceiro mundo.



A respeito dos acidentes de trabalho, Francisco Luis apontou que o custo anual é de duzentos bilhões de reais, sendo que o Brasil é o quarto colocado em acidentes fatais no mundo e o décimo quinto em acidentes gerais. Segundo a OIT as consequências sociais dos acidentes do trabalho no mundo são: 337 milhões acidentes/ano; 923 mil acidentes/dia; 10 acidentes/segundo; 2,3 milhões mortes/ano e 6,3 mil mortes/dia.



o trabalho, para que possamos fiscalizar os empregadores com relação ao cumprimento das cotas”.

Livia Valle disse que atualmente no Brasil existem 900 mil vagas para aprendizes, sendo que 40% daqueles que participam dos programas de aprendizagem são absorvidos

pelo mercado de trabalho. Apesar disso, em comparação com outros países, como Estados Unidos, por exemplo, ainda há muito a avançar. Naquele país há um alto investimento das empresas em aprendizagem de jovens, porque os empresários entendem, inclusive, que há aumento na produtividade.

EXPERIÊNCIAS DA FISCALIZAÇÃO E DE JOVENS COM A APRENDIZAGEM



A democracia plena e o desenvolvimento social justo não são alcançados em um país que se utiliza da prática do trabalho infantil. Por esta razão, os Auditores-Fiscais do Trabalho atuam continuamente para que crianças e adolescentes brasileiros tenham respeitados os seus direitos. Os números de menores no trabalho infantil vêm caindo graças à atuação conjunta de órgãos que se unem para impedir que o Brasil siga na direção oposta ao desenvolvimento. Uma maneira que tem se mostrado eficiente na construção de políticas públicas de inserção do menor no mercado de trabalho, com a devida garantia de direitos, é a aprendizagem. O assunto foi tema de painel coordenado pelos Auditores-Fiscais

do Trabalho Sebastião Estevam dos Santos e Audifax José Caldas, na tarde de quinta-feira, 22 de novembro.

O presidente do 36º Enafit, Valdiney de Arruda, abriu mão da sua fala no painel para que os protagonistas do trabalho pudessem contar sua experiência. A Auditora-Fiscal do Trabalho Lívia Batista Vallle falou da importância de uma atuação conjunta entre vários órgãos para garantir os direitos previstos na Lei 10.097/2000, que estabelece um percentual mínimo e máximo de aprendizes a serem contratados pelas empresas. “Existe uma forte rede de proteção e precisamos avançar, fazendo articulações com os conselhos municipais, buscando articulação que facilite

EXPERIÊNCIA

Ana Paula Souza, egressa do trabalho infantil, relatou sua experiência e a mudança em sua vida a partir da aprendizagem. Ela é aprendiz do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai há seis meses e está prestes a entrar no mercado de trabalho. “O programa atende jovens de 14 a 24 anos e é uma importante medida socioeducativa. Minha situação de vida era muito complicada, perdi minha mãe aos cinco anos de idade e fui morar com parentes, em vários lares. Nunca desisti de estudar. Acredito que somos atores da nossa história. Aprendi muito e ainda tenho muito a aprender. O programa me ajuda e vou continuar meu sonho, porque sei que posso fazer isso”.

O depoimento da jovem emocionou a todos. O coordenador da mesa, Sebastião Estevam, disse que é impossível não se emocionar não só com a história, mas principalmente com a forma com que Ana Paula resistiu às condições adversas que lhe foram impostas.

Djeison Rique Barazetti, representante do estado junto ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda disse que o trabalho infantil exige um olhar de sensibilidade e muitas vezes os responsáveis pelas ações ficam presos às questões legais, que nem sempre representam a realidade. “Infelizmente há um distanciamento da realidade. Quem vem do interior sabe que é comum o trabalho infantil no nosso país, que tem contexto histórico de segregação humana. Diariamente, a pauta de direitos humanos sofre ameaça de retirada de direitos”, lamentou.

Bazaretti lembrou as transformações positivas que ocorreram a partir da criação

do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, mas enfatizou que os fatos mais efetivos surgiram com o Conanda. O jovem citou ações importantes no estado como a inserção de grupos considerados como minorias: as comunidades LGBT, os quilombolas, indígenas e jovens em conflito com a lei. Ele lembrou da importância de a sociedade entender o papel da Auditoria-Fiscal do Trabalho na defesa da criança e do adolescente.



CURSOS



IDEIAS E AÇÕES PARA UM BOM RELACIONAMENTO COM A IMPRENSA

Como parte da programação técnica, os enafitianos participaram do Curso de Media Training com o jornalista Almir Rizzato, na quarta-feira, 21 de novembro. De acordo com a diretora de Comunicação do SINAIT, Ana Palmira Arruda Camargo, o objetivo do curso foi promover e capacitar os Auditores-Fiscais do Trabalho, especialmente os dirigentes das Delegacias Sindicais do SINAIT, para atender e interagir com jornalistas e veículos de comunicação. "Os colegas são demandados em todo o país para conversar com a imprensa e o curso foi montado com o objetivo de facilitar esta interação", disse.

A participação foi intensa. Enafitianos fizeram perguntas e participaram dos exercícios promovidos pelo professor. A conversa incluiu ainda informações sobre redes sociais, internet, rádio, revista, jornal impresso e televisão. Houve simulação de entrevistas e análise da performance dos voluntários.



CURSOS ATRAEM AUDITORES E PÚBLICO EXTERNO



Dois cursos fizeram parte da programação técnica no quarto dia do evento. Cerca de 80 Auditores-Fiscais do Trabalho assistiram a uma aula sobre o eSocial, a cargo dos Auditores João Paulo Machado, José Maia e Luiz Antônio Medeiros Araújo. A mesa foi coordenada pelo Auditor Wlaudecyr Goulart.

Machado explicou que o curso incluiu informações gerais do sistema, parte técnica e impactos sobre a fiscalização. Ao fim do curso, Maia e Araújo avallaram que os Auditores-Fiscais do Trabalho demonstraram grande interesse por conhecer como o sistema irá se inserir no cotidiano das fiscalizações. “Os Auditores-Fiscais têm consciência da relevância do sistema para a categoria”, afirmaram.

O eSocial é o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas. Por meio dele, os empregadores passarão a comunicar ao governo, de forma unificada, as informações relativas aos trabalhadores. De acordo com Maia, o sistema atinge hoje, plenamente, as grandes empresas brasileiras, o que significa um terço dos empregados brasileiros.

No outro curso, as Auditoras-Fiscais do Trabalho Cláudia Márcia Ribeiro e Paula Mazullo conversaram com sindicalistas sobre o tema da prevalência do negociado sobre o legislado, estabelecido pela reforma trabalhista. A mesa teve coordenação da Auditora-Fiscal Marilete Mulinari.

“Buscou-se discutir os impactos e a atuação dos sindicatos diante das mudanças trazidas pela reforma, as estratégias de enfrentamento e de ação nas negociações e o posicionamento do patronato. Também tínhamos interesse em saber o grau de

conhecimento das entidades a respeito dessas alterações e como elas estão se posicionando, uma vez que são os Auditores que fiscalizam esses acordos”, afirmaram Cláudia Márcia e Paula.



NEGOCIADO X LEGISLADO

Os sindicalistas Joaquim Dias Santana e Ronei de Lima participaram da iniciativa. Para Santana, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Cuiabá e Municípios (SINTRAICCCM), cursos do tipo são fundamentais. “As entidades precisam ser esclarecidas, tendo em vista que a reforma trabalhista deixou a legislação confusa.”

Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Mato Grosso (Fetiemt) e da Nova Central Sindical de Mato Grosso, Lima considerou que o curso ajuda o movimento sindical a ver que “há brechas na nova legislação para negociar”, complementando que os trabalhadores têm encontrado apoio na Fiscalização do Trabalho.



SINAIT PRESENTE

DIÁLOGO ABERTO COM A DEN

O encontro dos enafitianos com a Diretoria Executiva Nacional (DEN) se tornou tradicional na programação do Enafit. Nesta edição, participaram da troca de ideias, Carlos Silva, presidente do SINAIT, Valdiney Arruda, delegado sindical no Mato Grosso e presidente do 36º Enafit, e Alberlita Maria da Silva, que atuou como coordenadora da mesa.

Os dirigentes Carlos Silva e Valdiney Arruda apresentaram as ações e atividades desenvolvidas pela DEN e pelas Delegacias Sindicais do SINAIT em todo o país. Durante o debate, Auditores-Fiscais ofereceram sugestões e propostas. Também analisaram o cenário de mudança que se delineia para a categoria e para o Ministério do Trabalho.

De acordo com Carlos Silva, naquele momento de encontro e diálogo, o objetivo das reflexões seria a renovação do ambiente de construção conjunta. "Precisamos que haja a clareza de que as estratégias estão definidas e elaboradas e implementá-las é o caminho certo, para que a gente consiga, após este processo de mudança, salvaguardar as garantias e a integridade da atuação da Auditoria-Fiscal do Trabalho."



ENAFITIANOS EXPÕEM PREOCUPAÇÕES COM OS RUMOS DA CARREIRA

Na Tribuna Livre Auditores-Fiscais do Trabalho falaram sobre diversos assuntos de interesse da categoria. O painel foi coordenado por Rosângela Rassy e Pedro Paulo Martins, diretores do SINAIT. A Tribuna é um espaço de livre manifestação dos enafitianos, democrático, participativo e tradicional e teve como ponto forte a necessidade de manter a categoria unida, em defesa da carreira.

A taxa de sindicalização dos Auditores-Fiscais do Trabalho é alta, acima de 80%. Ainda assim, houve destaque para a necessidade de ampliar a filiação dos Auditores-Fiscais do Trabalho ao SINAIT, para as construções coletivas em favor da carreira. Toda divergência é bem-vinda, mas o adequado é participar

para divergir, uma vez que não dá resultado fazer críticas 'do lado de fora', sem conhecer a realidade da atuação sindical. Todas as conquistas da categoria ao longo dos anos foram possíveis por meio do trabalho do Sindicato, de muita luta e muito compromisso de todas as gestões. Por isso, o seu fortalecimento é essencial.

A participação nos Encontros Nacionais foi uma preocupação apontada por muitos. Auditores-Fiscais falaram sobre a qualidade dos debates, que a cada ano vem crescendo, ao mesmo tempo em que a participação diminui. Garantir a presença de um número maior de Auditores-Fiscais no evento é também uma forma de unir a categoria. O encontro traz

palestrantes de grande relevância, proporciona atualização, e, como sempre, a troca de experiências entre os colegas. O evento é produtivo e diferente do Congresso Nacional (Conait). Mais uma vez, foi frisado que é preciso estar junto para divergir. Foi apontado ainda, que é difícil enfrentar o que está acontecendo no país se não há entendimento do que está acontecendo dentro da própria Auditoria-Fiscal do Trabalho. Para isso é preciso conversar e debater muito.

A comunicação com a sociedade para mostrar a eficiência do trabalho da Auditoria-Fiscal foi outro ponto levantado. No entendimento da categoria, há uma percepção mais clara da sociedade a respeito das ações do Ministério Público do Trabalho (MPT), se comparada à atividade do Ministério do Trabalho (MTb). O SINAIT, enquanto sindicato, não tem o poder de um ministério, mas ficou claro que o MTb não se comunica com a sociedade de maneira eficiente. Houve pedido para que o

SINAIT reforce o trabalho de comunicação nas Delegacias Sindicais (DS), ao mesmo tempo em que os Auditores entenderam que cabe a cada um fazer a sua parte, já que estão na linha de frente do atendimento ao trabalhador. Um bom atendimento leva a sociedade a valorizar e entender o trabalho da fiscalização.

As discussões sobre a possibilidade de extinção do MTb não poderiam ficar de fora. Para além de discutir as consequências disso, foi apontado que o momento é de unir forças, de realizar ações e estratégias de âmbito nacional e não local. O trabalho conjunto é mais forte e, conseqüentemente, tem mais chances de trazer resultados positivos. Mais do que nunca, a manutenção da carreira está acima de qualquer divergência política e ideológica que possa existir.



10ª JORNADA IBERO-AMERICANA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO



REPRESENTANTES DO PERU E URUGUAI TRAZEM INFORMAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE LABORAL EM SEUS PAÍSES

O uso de tecnologias, os avanços da fiscalização e a privacidade no ambiente corporativo foram temas abordados na 10ª Jornada Ibero-americana de Inspeção do Trabalho

A décima edição da Jornada Ibero-americana de Inspeção do Trabalho, realizada dentro da programação do 36º Enafit, discutiu a realidade da fiscalização nos países vizinhos sob diversos aspectos. A Jornada foi coordenada por Sérgio Voltolini, presidente da Confederação Ibero-americana de Inspectores do Trabalho (CIIT), que agradeceu a oportunidade que o SINAIT dá à Confederação de realizar o evento anualmente, propiciando a troca de experiências entre os países.

Embora continuamente os países que participam da Jornada apresentem dados alarmantes de informalidade, baixo número de inspetores e pouca capacitação a estes, a décima edição do evento trouxe uma novidade positiva em relação ao Peru. Entre 2013 e 2018 o país conseguiu ampliar consideravelmente seu número de Inspectores do Trabalho, passando de 306 para 655. Considerando a população de 32 milhões de habitantes, o Peru possui um inspetor para cada grupo de 48 mil pessoas. No Brasil, esse número é de um Auditor-Fiscal para 89 mil pessoas. Os dados foram apresentados por Carlos Rimachi Farfán, Inspetor do Trabalho que é dirigente sindical no seu país.

O avanço da Inspeção do Trabalho no Peru coincide com a criação da Superintendência Nacional de Inspeção do Trabalho – Sunafil, entidade pública vinculada ao Ministério do Trabalho e Promoção do Emprego, fundada em 2013. De acordo com Rimachi Farfán, foram muitas as conquistas desde a fundação da Sunafil, como o resgate de menores no trabalho infantil e o aumento da abrangência de unidades nas províncias. Enquanto em 2013 havia duas intendências regionais, hoje são 16. Os novos desafios são garantir capacitação aos inspetores, colibir a alta informalidade e aumentar o orçamento da fiscalização. A vice-presidente do SINAIT, Rosa Jorge, lembrou que os avanços alcançados pelo Peru são fruto da forte atuação sindical no país.



FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS

Agustina Sanguinetti, economista do Uruguai, apresentou ações importantes de combate à informalidade no país, que há 15 anos vem fazendo reformas no sentido de minimizar este mal. Um exemplo de medida para formalizar a economia é a modernização dos sistemas de arrecadação, com uso extensivo de dados, análises estatística e quantitativa, modelos explicativos e de previsão, para a tomada de decisão com base em fatos. “O segmento ao qual a empresa pertence é um fato em si. Serve como um atributo resumido de muitas características da empresa. As melhores práticas em modelagem e a geração de modelos construídos a partir dos segmentos permitem que sejam ajustados em um universo mais homogêneo de contribuintes, o que possibilita captar melhor as singularidades”, disse. O uso de tecnologias aplicadas à fiscalização trouxe como resultado o aumento entre três e quatro vezes na capacidade de detecção de não-inscrição e sub-declaração, em relação ao período em que o modelo não era utilizado.

O advogado Federico Rosenbaum, também do Uruguai, falou sobre os conflitos gerados entre os direitos fundamentais do trabalhador e os poderes dos empresários, em especial com relação ao uso de tecnologias que permitem a invasão da privacidade do trabalhador, como câmeras de vigilância sem conhecimento do trabalhador e visualização de contas de e-mail corporativas. “É o confronto entre a introdução de mecanismos inovadores de organização empresarial e os direitos fundamentais dos trabalhadores. O impacto das novas tecnologias e da tecnologia da informação nas relações de trabalho deve ser adaptado de modo a não violar direitos fundamentais”.

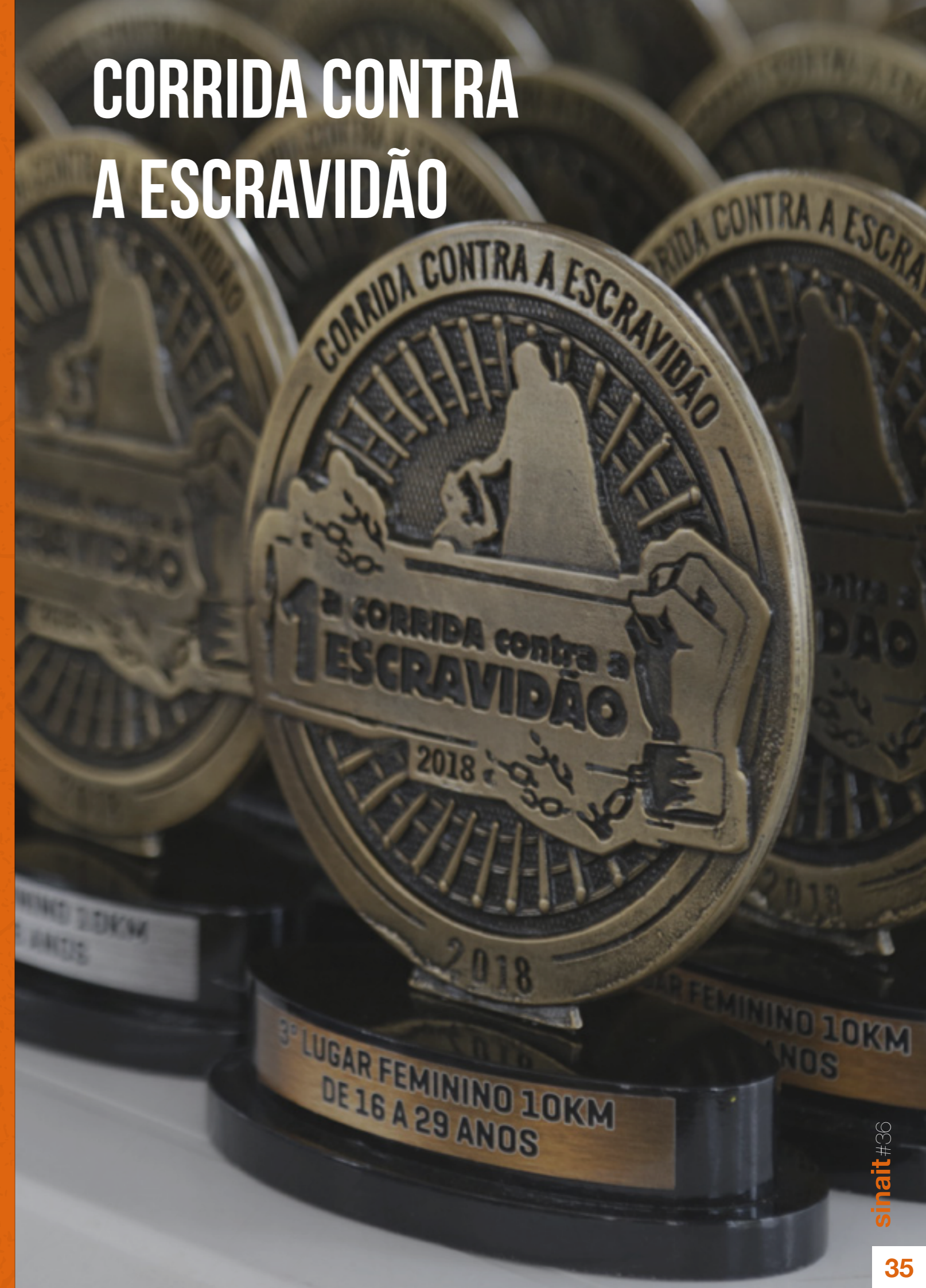
Rosenbaum citou diversos exemplos de trabalhadores que recorreram a tribunais internacionais contra empresas para que tivessem seus direitos preservados, entre eles, o de um trabalhador que foi dispensado por usar e-mail corporativo para fins pessoais. Neste caso, o trabalhador alegou a nulidade da demissão por violar o direito à privacidade de sua correspondência e várias instâncias

negaram seu pedido. Em outro processo, professores da Universidade de Montenegro pediram indenização pelo uso de sistema de vídeo-vigilância nas salas de aula. Mais uma vez, o pedido foi negado, sob alegação de que é não possível que o sistema instalado em locais públicos tenha violado o direito dos professores à privacidade.

A vida privada é um termo amplo que não pode ser exaustivamente definido. “Seria restritivo demais limitar a noção a um círculo interno no qual o indivíduo pode viver sua vida pessoal à medida que escolhe e exclui completamente o mundo exterior a ela”, alertou Rosenbaum. A Convenção Europeia de Direitos Humanos (CEDH) definiu amplamente o conceito de vida privada do trabalhador, para abranger situações como vida social privada e áreas de interação de uma pessoa com outras, mesmo em um contexto público. O direito à proteção da vida privada em face de interferências arbitrárias ou abusivas também foi incluído em outros instrumentos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 12; o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, artigo 17; a Convenção Americana sobre Direitos Humanos; Pacto de San José da Costa Rica, artigo 11, entre outros. De acordo com o palestrante, neste sentido é razoável considerar que os postulados e conceitos teóricos fornecidos pela CEDH, que são característicos de uma ordem e jurisdição supranacionais, podem constituir uma referência útil para a justiça de outros países e regiões.



CORRIDA CONTRA A ESCRAVIDÃO



1ª CORRIDA NACIONAL CONTRA A ESCRAVIDÃO ATRAIU 800 PESSOAS



Auditores-Fiscais do Trabalho de todo o Brasil, atletas amadores e profissionais e cidadãos mato-grossenses participaram atraídos pelo tema e pela oportunidade de dar visibilidade à importância da erradicação do trabalho escravo

Cerca de 800 pessoas participaram da 1ª Corrida Nacional contra a Escravidão. O evento, que fez parte da programação oficial do 36º Enafit, foi criado e organizado pelo SINAIT e pela Delegacia Sindical do Mato Grosso para dar visibilidade ao tema e chamar a atenção para o trabalho desenvolvido pelos Auditores-Fiscais do Trabalho na erradicação dessa chaga.

A corrida foi realizada propositalmente no dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra e foi dividida em três modalidades: Pessoas com Deficiência (PCD), corridas de 5 e 10 quilômetros e o trecho de 2,5 quilômetros de caminhada. Os percursos ocorreram dentro e nas imediações do Parque Mãe Bonifácia. O local foi escolhido em razão do símbolo que a Mãe Bonifácia representa, de libertação dos escravos.

De acordo com Valdney Arruda, presidente do 36º Enafit, o evento foi um sucesso por atrair um grande número de inscritos nas três modalidades de corrida e caminhada. “A corrida foi um sucesso, com número significativo de participantes e vamos continuar trabalhando para conseguir dar mais

visibilidade ao combate ao trabalho escravo e à luta da categoria para acabar com este problema.”

Entusiasmo compartilhado por Carlos Silva, presidente do SINAIT, que correu o percurso de 10 quilômetros. “A corrida foi ótima e estamos aqui também para marcar a data sobre uma construção de resistência e combate que faz parte da nossa história”.

O evento teve participação importante dos Auditores-Fiscais do Trabalho de todo o país, como é o caso da carioca Alzira Almeida, que participou pela primeira vez de uma corrida de rua. “Gosto de caminhar e nunca tinha participado de uma corrida. Quis prestigiar e também honrar a nossa delegação aqui no evento”. Da delegação, Daniel Ferreira, Delegado Sindical do SINAIT no Rio de Janeiro, atleta amador, ficou em terceiro lugar na categoria Master, de 50 a 59 anos, e considerou a experiência enriquecedora. “Foi muito legal correr com os colegas do Sindicato Nacional e quero garantir a minha presença na corrida do próximo ano.”

Cássia Leite, Auditora-Fiscal do Trabalho de Sergipe, gostou da iniciativa e considera a ideia fantástica. “Correr é bom e por uma causa é muito melhor. A escravidão é um assunto sério. A gente acha que foi abolida, que acabou com a Lei Áurea, mas existem formas de escravidão moderna, exploração do trabalho, jornadas exaustivas e condições degradantes. É preciso chamar a atenção da sociedade pra isso.”

O Auditor-Fiscal do Trabalho Marcus Medina, que corre profissionalmente, participou da caminhada. “Recentemente participei de uma corrida forte. Só que fiz questão de acompanhar os colegas nesta caminhada e aproveitei para curtir o evento.”

As amigas Andrea dos Santos Silva e Antônia Chagas do Nascimento, moradoras de Cuiabá, gostaram do tema da corrida e decidiram participar. “É um tema importante e não poderíamos ficar de fora.”

Cléa Laura de Sousa é tia da Ana Júlia dos Santos e, juntas, fizeram o percurso de 5 km. Elas gostam de correr e sempre participam



Mais de 800 inscritos entre Auditores-Fiscais e comunidade.

destas competições. Para Cléa, a 1ª Corrida contra a Escravidão foi um evento marcante. “É um tema que não pode ser esquecido e fico triste que pessoas ainda sofram este tipo de situação. Por isso, fiz questão de participar.”

Além das participações individuais, grupos também fizeram o circuito. Foi o caso do Clube das Poderosas de Várzea Grande. É um município da Microrregião de Cuiabá. Elas correm juntas e estão se preparando para a Corrida de Reis 2019, que ocorrerá no dia 6 de janeiro. “É um percurso entre Cuiabá e Várzea Grande e estamos nos preparando. Decidimos treinar e dar uma força ao evento contra a escravidão.”

Daniel Silva, cadeirante, integrou a

modalidade PCD. “Jogo basquete e estou treinando para participar de eventos de rua. A corrida foi muito divulgada em Cuiabá, muitos amigos comentaram, não queria ficar de fora desta 1ª Corrida Nacional contra a Escravidão.”

Entre tantas participações marcantes nesta primeira corrida, é essencial registrar a presença de Maria do Carmo Ferreira, 80 anos. Ela disse que ficou sabendo do tema do evento. “Ao saber do assunto fiz questão de participar. É muito triste que ainda haja escravos no Brasil. Precisamos ajudar a divulgar este problema. A corrida foi para isso e estou feliz de poder participar e contribuir nesta luta.”



Clube das Poderosas fez questão de participar da Corrida contra a Escravidão.

EGRESSOS DO TRABALHO ESCRAVO

Os irmãos José Sérgio Marinho Coelho e Zenon Marinho Coelho, ambos resgatados do trabalho escravo, prestigiaram a corrida para reforçar o combate à escravidão contemporânea. Eles foram resgatados em 2009 numa obra de construção civil no município de Caçu (GO). “Precisamos denunciar os abusos que ocorrem pelo país. O evento é uma forma de divulgar e esclarecer a população sobre este problema.”

Junto com os irmãos Coelho vieram outros trabalhadores que, como eles, foram resgatados de situação de escravidão contemporânea por Auditores-Fiscais do Trabalho no Mato Grosso. O grupo, que participa de cursos de capacitação do Programa Ação Integrada, considerou importante participar e chamar a atenção da sociedade para um problema que é grave e atinge milhares de pessoas no País.



ENAFITIANOS COM MELHORES CLASSIFICAÇÕES FORAM PREMIADOS

Os Auditores-Fiscais do Trabalho e colaboradores do SINAIT que tiveram as melhores colocações na 1ª Corrida Nacional contra a Escravidão participaram, no dia 22 de novembro, de uma cerimônia de premiação especial no Centro de Eventos do Pantanal, onde estava acontecendo o 36º Enafit.

Os enafitianos vencedores dos 10 quilômetros foram o presidente do SINAIT, Carlos Silva, com um tempo de 1h09min, e a Auditora-Fiscal do Trabalho Acássia Teófilo Assis Nunes, com 1h13min.

Nos 5 quilômetros, foram Caroline de Almeida Mendes com um tempo de 29min40 e Maurício Krepsky Fagundes, com 27min37.

Nos 2,5 quilômetros, os melhores colocados foram Janeide Maria Farias Moreira, com o tempo de 31min10, e Antônio Fabiano Gonçalves, com 33min08.

Marilene Inácio fez o melhor tempo na caminhada – 29min57 e recebeu a premiação representando os empregados do SINAIT e

demais colaboradores do Enafit.

Daniel Ferreira, Delegado Sindical do SINAIT no Rio de Janeiro, atleta amador, ficou em terceiro lugar na categoria Master, de 50 a 59 anos, nos 5 quilômetros. Ele considerou a experiência enriquecedora. “Foi muito legal correr com os colegas do Sindicato Nacional e quero garantir a minha presença na corrida do próximo ano”, disse.

Além das medalhas, cada vencedor recebeu um kit com mochila, garrafa para água e uma toalha de rosto.

Os dirigentes do SINAIT e da Delegacia Sindical de Mato Grosso, idealizadores da corrida, também foram homenageados. Rosa Jorge, Carlos Silva e Valdiney Arruda receberam troféus e posaram com a organizadora, Veridiana Ferraz.

O tempo e a classificação geral dos participantes estão disponíveis em www.sinait.org.br



36º ENAFIT CHEGA AO FIM



PLENÁRIA APROVA MOÇÕES E PROPOSIÇÃO NO ÚLTIMO DIA DO ENCONTRO

Em plenária, os enafitianos aprovaram quatro moções e uma proposição no dia 23 de novembro, no último dia do 36º Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho - Enafit. O debate dos documentos ocorreu no Centro de Eventos do Pantanal, em Cuiabá (MT).

As quatro moções tratam de “Repúdio à impunidade dos mandantes da Chacina de Unaí”, “Repúdio ao despejo da SRT/RJ”, “Apoio ao Ministério do Trabalho” e “Em defesa da unidade e valorização da Auditoria-Fiscal do Trabalho”. Além disso, também foi aprovada uma proposição pela Constituição de um Grupo Técnico permanente sobre agrotóxicos no âmbito do SINAIT.

As ideias e os textos foram sugeridos e construídos pelos enafitianos no decorrer dos debates, palestras e cursos promovidos durante o evento.



MOÇÃO DE REPÚDIO À IMPUNIDADE DOS MANDANTES DA CHACINA DE UNAÍ

Os Auditores-Fiscais do Trabalho, reunidos na cidade de Cuiabá (MT), no período de 18 a 23 de novembro de 2018, por ocasião do 36º Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – Enafit aprovaram a seguinte Moção de Repúdio:

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT manifesta à sociedade seu repúdio ao retrocesso verificado na condenação e punição dos mandantes da Chacina de Unaí. Decorridos quase 15 anos, em sessão que julgou os recursos no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, no dia 19 de novembro de 2018, os desembargadores da 4ª Turma anularam o julgamento de Antério Mânica, que havia sido condenado a 100 anos de prisão pelo Tribunal do Júri em 2015, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Os desembargadores decidiram por uma expressiva redução das penas dos outros três envolvidos como mandante e intermediários – Norberto Mânica, réu confesso; Hugo Alves Pimenta e José Alberto de Castro.

Para o SINAIT, para os Auditores-Fiscais do Trabalho e para as famílias de Eratóstenes de Almeida Gonsalves, João Batista Soares Lage, Nelson José da Silva e Ailton Pereira de Oliveira, isso significa impunidade.

Uma grande injustiça, pois a participação de todos os réus foi provada pelo Ministério Público Federal e confirmada pelo Tribunal do Júri.

A luta continuará até que todos sejam exemplarmente punidos e a Justiça, enfim, feita.

Cuiabá, 23 de novembro de 2018.

MOÇÃO DE APOIO AO MINISTÉRIO DO TRABALHO

Os Auditores-Fiscais do Trabalho, reunidos na cidade de Cuiabá (MT), no período de 18 a 23 de novembro de 2018, por ocasião do 36º Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – Enafit, aprovam a seguinte Moção de Apoio:

Manifestamos nosso APOIO à manutenção e ao fortalecimento do Ministério do Trabalho – MTb, em razão do importante papel que cumpre na fiscalização das condições de trabalho dos brasileiros e na promoção de políticas públicas de geração de

emprego e renda, sendo parte fundamental do sistema de proteção ao trabalhador e equilíbrio nas relações de trabalho.

São questões cruciais para os Auditores-Fiscais do Trabalho a integridade e incremento do orçamento do Ministério, a realização de concursos para repor os quadros de servidores, a melhoria das condições de trabalho, a valorização das competências do órgão.

Cuiabá, 23 de novembro de 2018

MOÇÃO EM DEFESA DA UNIDADE E VALORIZAÇÃO DA AUDITORIA-FISCAL DO TRABALHO

Os Auditores-Fiscais do Trabalho, reunidos na cidade de Cuiabá (MT), no período de 18 a 23 de novembro de 2018, por ocasião do 36º Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – Enafit aprovaram a seguinte Moção:

Reiteram o compromisso com a defesa da unidade e valorização da Auditoria-Fiscal do Trabalho, por seu papel fundamental na promoção de justiça social e de equilíbrio nas relações de trabalho.

Carreira de Estado, a Auditoria-Fiscal do Trabalho está inscrita na Constituição Federal de 1988, na Convenção 81 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e na Lei 10.593/2002, entre outras.

As atribuições que detém incluem o combate à informalidade no mercado de trabalho, à fraude, à sonegação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, a inserção no mercado de trabalho das pessoas com deficiência e jovens aprendizes, o combate ao trabalho escravo e infantil.

A Inspeção do Trabalho também atua para garantir o exercício da atividade laboral em ambiente seguro e saudável, com prevenção e análise de acidentes de trabalho,

que resultam em medidas de adequação para evitar novas ocorrências e para reduzir gastos do Estado com o pagamento de benefícios previdenciários, além de atuar no combate à fraude, contribuindo assim de forma eficiente no enfrentamento à corrupção.

Os Auditores-Fiscais do Trabalho, apesar de todas as dificuldades e do reduzido quadro, têm feito um grande esforço para aplicar a lei e trazer resultados importantes para o País. Nos últimos dez anos, contribuiu para a arrecadação de mais de R\$ 25 bilhões de FGTS, a inserção de mais de 1,2 milhão de aprendizes e de 320 mil pessoas com deficiência, além da regularização de 3,8 milhões de vínculos empregatícios. Desde 1995, ano de criação dos Grupos Especiais de Fiscalização Móvel, mais de 53 mil trabalhadores foram resgatados do trabalho análogo à escravidão.

É fundamental que sejam preservadas as atribuições, competências e unidade da Inspeção do Trabalho. O cumprimento de objetivos fundamentais da República, estabelecidos pela Carta Constitucional, passa obrigatoriamente por uma Fiscalização do Trabalho fortalecida.

Cuiabá, 23 de novembro de 2018

MOÇÃO DE REPÚDIO AO DESPEJO DA SRT/RJ

Os Auditores-Fiscais do Trabalho, reunidos na cidade de Cuiabá (MT), no período de 18 a 23 de novembro de 2018, por ocasião do 36º Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – Enafit aprovam a seguinte Moção de Repúdio:

Os Auditores-Fiscais do Trabalho representados pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT manifestam seu repúdio ao processo de despejo da Superintendência Regional do Trabalho do Rio de Janeiro – SRT/RJ de sua sede histórica, o Palácio do Trabalho, onde mantém suas atividades desde 1938, ou seja, há 80 anos, no centro da capital, atendendo os trabalhadores.

Funciona também no local, por cessão do Ministério do Trabalho, o Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro – TRT/RJ, que agora tem a pretensão de ocupar todo o espaço. O Ministro do Trabalho à época, sem consultar Auditores-Fiscais do Trabalho e Servidores Administrativos, firmou o compromisso de desocupar o imóvel.

A permuta oferecida pela Justiça do Trabalho, de maneira alguma, atende as necessidades dos servidores e trabalhadores. O imóvel, localizado próximo ao Clube da Aeronáutica/Aeroporto, é de difícil acesso para a população, apresentando riscos de atropelamentos, em face do trânsito intenso. Além disso, nenhuma reforma será capaz de tornar o imóvel adequado para receber a SRT/RJ.

O SINAIT e a Delegacia Sindical do Rio de Janeiro têm o apoio de trabalhadores e entidades sindicais para que o Ministério do Trabalho continue no local. Várias manifestações e atos públicos foram realizados em defesa da permanência da SRT/RJ.

Todas as providências nos âmbitos administrativo e jurídico já foram tomadas. A questão é política e soma-se a tantas outras que vêm sendo implementadas para fustigar o MTb e a Auditoria-Fiscal do Trabalho.

Cuiabá, 23 de novembro de 2018



PROPOSIÇÃO

Constituição de um Grupo Técnico (GT) permanente sobre Agrotóxicos no âmbito do SINAIT. Autores: Valdiney Arruda e Silvio Teixeira (Delegacia Sindical do Mato Grosso)

Considerando que os impactos causados pelos agrotóxicos à saúde dos trabalhadores reclamam urgência de respostas diante do panorama causado pelo uso reiterado e indiscriminado de venenos no campo, que tornam o Brasil o maior consumidor mundial, com graves repercussões socioambientais, inclusive;

Considerando a ameaça iminente de desregulamentação do tema no Congresso Nacional;

Considerando a missão da Auditoria-Fiscal do Trabalho relativa à promoção da justiça social, por meio da garantia de condições dignas no meio ambiente do trabalho;

Considerando a necessidade de uma regulação mais efetiva no seio da Secretaria de Inspeção do Trabalho acerca de uma política nacional de combate aos efeitos nocivos causados pelos agrotóxicos;

Considerando a necessidade de atuação em rede, por meio de parcerias com outras instituições públicas, bem como Universidades e a sociedade civil como um todo;

Considerando a missão de protagonismo da Auditoria-Fiscal do Trabalho com relação à promoção de um Meio Ambiente de Trabalho sadio e sustentável;

Considerando os conclames da Convenção 187 da OIT, pela adoção não apenas de uma política, um sistema, mas também para a promoção de uma CULTURA NACIONAL DE PREVENÇÃO em acidentes e doenças do trabalho;

Considerando os avanços promovidos pela Medicina Social Latino-Americana,

Propomos,

A constituição de um Grupo Técnico permanente para realização de estudos, pesquisas e proposições que tanto provoquem a atuação:

1. No âmbito do Ministério do Trabalho, de informações técnicas relevantes que possam subsidiar a constituição de Grupos de Trabalho que visem à melhoria contínua dos instrumentos normativos, como a revisão de Normas Regulamentadoras acerca do trabalho com agrotóxicos;
2. No âmbito da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), de informações técnicas relevantes, subsidiando a adoção de projetos nacionais e regionais de combate aos impactos dos agrotóxicos à saúde do trabalhador;
3. No âmbito das Superintendências, de elementos que possam subsidiar o trabalho nos respectivos estados com relação aos impactos à saúde do trabalhador provocados pelos agrotóxicos, considerando as particularidades regionais mais significativas;
4. No âmbito da atuação dos Auditores-Fiscais do Trabalho, de capacitações e parcerias que fomentem a capacitação contínua da Auditoria-Fiscal do Trabalho, por meio direto, ou por meio de parcerias com a Escola Nacional de Inspeção do Trabalho - Enit, Universidades ou Centros de Pesquisa, além de instrumentos técnicos que permitam à categoria um trabalho mais efetivo no combate aos impactos dos Agrotóxicos;
5. No âmbito da sociedade civil, de instrumentos que subsidiem a conscientização das pessoas em torno do tema, com a divulgação de pesquisas, realização de seminários e outras formas de divulgação para sensibilização de todos.

Cuiabá, 23 de novembro de 2018



HOMENAGEM

Os Auditores-Fiscais do Trabalho presentes à plenária final do 36º Enafit fizeram uma homenagem a Larissa Moreira, falecida em julho de 2018, em Salvador (BA). Larissa iniciou na carreira lotada em Mato Grosso. Deixou para os colegas mato-grossenses, assim como para os baianos e de todo o Brasil, sua marca de solidariedade e luta. Enquanto fotos de Larissa eram exibidas no telão, o artista Edmilson Maciel leu um poema do Auditor-Fiscal do Trabalho Sílvio Teixeira. Confira:

Larissa

Que você descanse em paz, minha amiga guerreira.

Você como colega, parceira, amiga, nunca te vi com cabeça baixa, sua voz sempre ativa, falando do coração direto pro mundo. Você Larissa cativava pela sua integridade, porque não tinha meios termos, porque não admitia injustiças. Suas bandeiras, sua luta nos contagiava tanto quanto sua alegria.

Com a mesma coragem que lutava pela sociedade e pela classe operária, defendia também seus entes queridos. Você que não só tinha, ainda tem um coração do tamanho da



Bahia, pois nada tem maior que isso não, esse coração não morre com você.

E esse coração que pede não o luto, mas a LUTA. Você não morre com suas causas.

Sua família, seus filhos, seus amigos, somos todos Larissa, somos todos de alma pura e garra afiada.

Somos todos de voz firme, forte; na cara e coragem nós vamos. Na fé. Valeu Larissa, A vida em você valeu tanto e foi tão forte, e partiu tão cedo que as lições ficarão com nós aqui da outra margem do oceano. Valeu Larissa, Larissa, onde você está bem em cima, bem alto, algo estremece...e você chegando e quebrando o protocolo. Valeu Larissa, temos que lutar sem descer do salto jamais. Valeu Larissa.

Sílvio Teixeira – Auditor-Fiscal do Trabalho

AGRADECIMENTO E RENOVAÇÃO

Na cerimônia de encerramento do Encontro, o presidente e a vice-presidente do SINAIT, respectivamente Carlos Silva e Rosa Jorge, agradeceram a participação dos Auditores-Fiscais do Trabalho, o empenho da Comissão Organizadora e o apoio dos funcionários e colaboradores do Sindicato.

Os dirigentes declararam sair do Enafit com os ânimos renovados para a luta em defesa da categoria. “Saímos felizes por termos vivido mais um grande encontro, com estratégias novas para as ações”, afirmou o presidente do SINAIT. O delegado sindical e presidente do Encontro, Valdiney Arruda, também agradeceu a todos.



37º ENAFIT



PLENÁRIA ESCOLHE ARACAJU PARA SEDIAR ENCONTRO EM 2019

Em uma bela apresentação, a Delegacia Sindical do SINAIT em Sergipe propôs a candidatura de Aracaju para sediar o 37º Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho - Enafit. Aceita pelo pleno do 36º Enafit, a capital sergipana receberá os Auditores-Fiscais do Trabalho em 2019.

Mazzarello apresentou um vídeo sobre o estado de Sergipe, valorizando as belezas naturais, cultura, tradições e características do povo. A candidatura foi apresentada de comum acordo com os Auditores-Fiscais sergipanos, que já se organizam para preparar um grande encontro.

Sergipe é o menor estado brasileiro e sua capital a menos populosa do Nordeste, contando com pouco mais de 600 mil habitantes. Apresenta um clima de tranquilidade que contrasta com o de outras metrópoles

nordestinas.

Os visitantes que chegam a Aracaju se encantam com a cidade famosa por sua qualidade de vida, sol, belas praias, praças arborizadas que se harmonizam com os manguezais, ruas e avenidas.

Uma das praias mais famosas é a de Atalaia. A orla é de fácil acesso e o mar tem águas calmas e mornas. É onde se localizam também o Oceanário e a Passarela do Caranguejo.

Outro passeio interessante na cidade é visitar o Centro Histórico de Aracaju, recentemente restaurado, e o Museu da Gente Sergipana.

Prepare-se, organize-se, e venha participar do 37º Encontro Nacional da categoria, em Aracaju!



CULTURA MATO-GROSSENSE PRESENTE EM TODO O EVENTO



APRESENTAÇÃO CULTURAL MARCOU FIM DO PRIMEIRO DIA DE PROGRAMAÇÃO

Mato Grosso apresenta uma rica cultura e uma amostra dessa exuberância foi exibida aos participantes do 36º Enafit, com o Grupo Folclórico Flor Ribeirinha. Parte de uma associação cultural de mesmo nome, o Flor Ribeirinha foi criado há 24 anos, dedicado ao resgate, proteção e difusão da cultura

popular, especialmente o Siriri e o Caruru. Suas apresentações rodaram o País e o mundo.

A apresentação contou com o entusiasmo dos enafitianos, que acompanharam as danças, músicas e o alegre colorido do grupo folclórico.



ESPETÁCULO FAZ VIAGEM PELA HISTÓRIA DO MATO GROSSO

O estado de Mato Grosso é dos raros lugares do planeta que abrigam três biomas: Amazônia, Pantanal e Cerrado. Seus ecossistemas, somados às belezas do Araguaia, sítios arqueológicos e chapadões atraem turistas de todos os lugares. Na tarde de 22 de novembro os enafitianos puderam conhecer um pouco mais sobre o estado, com o espetáculo Mato Grosso em Cena, que conta sua história por meio da música, poesia e dança.

Durante cerca de 30 minutos o artista Edmilson Maciel representou diversos personagens da cultura regional. Um deles, Mato Grosso, relata sua trajetória e revela o desbravamento, etnias indígenas, suas guerras, divisão, culturas e tradições. A união entre as artes cênicas e a música é enaltecida pela poesia, uma vez que a narração é feita por meio da declamação de poemas e da prosa que ressalta sua diversidade cultural.

O desenvolvimento econômico também está presente com a narrativa da expansão agropecuária e a necessidade de consciência ambiental.

Ao final do espetáculo, Edmilson Maciel agradeceu aos Auditores-Fiscais pelo trabalho em defesa da população brasileira. “Estou me apresentando para pessoas que trabalham pelo desenvolvimento da humanidade. Conheço a causa, acompanho e sei da importância de vocês para a sociedade”, disse.



SEMENTE RIBEIRINHA

O grupo folclórico Flor Ribeirinha fechou a programação, com mais uma apresentação, baseada nas danças típicas Siriri e Caruru. Desta vez a apresentação foi de crianças que fazem parte do projeto Semente Ribeirinha. São oficinas de cerâmica, contação de histórias e dança, gratuitas, todo sábado, no Quintal da Domingas, espaço criado por uma ceramista de mesmo nome, que realiza oficinas e inclusão digital para a comunidade visando, assim, buscar o desenvolvimento de atividades de sustentabilidade e geração de emprego e renda.



ENOITES

Tradição em todos os Enafits os enoites, como são conhecidos os encontros festivos que acontecem ao longo do evento, aconteceram em três ocasiões: domingo, na solenidade de abertura, que contou com execução do hino em homenagem ao Auditor-Fiscal do Trabalho e apresentação da Banda Terra; na terça-feira, no Pub Valley, um lugar agradável em Cuiabá, que recebeu os enafitianos para a noite "O artista é você" e na quinta-feira, quando mais uma vez a amigos se reencontraram para a festa de despedida no Alphaville Buffett. Em todas as ocasiões as bandas brindaram o público com sucessos de várias gerações e com o Rasqueado Cuiabano, ritmo nascido na capital e disseminado por todo o estado.





SINAIT

Sindicato Nacional dos
Auditores Fiscais do Trabalho



36º ENAFIT
ENCONTRO NACIONAL
DOS AUDITORES FISCAIS
DO TRABALHO
10ª JORNADA BRASILEIRA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
CUIABÁ/MT